

Editorial

Dossiê sobre Carreiras de Docentes da Educação Básica do Brasil: aportes de pesquisa

É fato conhecido que há pouca produção científica no Brasil sobre as condições de trabalho do professor - carreira, salários, estímulos e progressão - sendo parte significativa dela fruto de análises de dados gerais e informações oficiais e, até, deduções de caráter especulativo sobre estas questões.

O presente Dossiê traduz parte das reflexões da Pesquisa Nacional *“Remuneração de professores de escolas públicas da Educação Básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas”*, componente do Programa Observatório da Educação da CAPES e é realizada com financiamento da CAPES/ INEP/ SECAD (Edital nº 001/2008), junto ao Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação (CEPPPE), da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob a coordenação nacional do Prof. Dr. Rubens Barbosa de Camargo.

O seu ineditismo está em sua realização em 12 (doze) estados da Federação - Roraima, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - envolvendo 09 (nove) equipes de pesquisa de Programas de Pós-Graduação em Educação (USP, UFPA, UFPI, UFRN, UFPB, UFMS, UEMG, UFPR e UNISUL) e mais 04 equipes de universidades parceiras no projeto (USP-RP, UNIFESP, UNEMAT, UFRGS). A pesquisa nacional desenvolve um amplo processo formativo e de discussão sobre a condição docente no país e envolve mais de oitenta pesquisadores (entre auxiliares de iniciação científica, mestrandos, doutorandos, professores das redes públicas, professores universitários, técnicos de secretarias e de escolas), que analisaram seu Estado e a respectiva Capital, em relação ao piso salarial dos professores da educação básica, às mudanças efetivas na composição de sua remuneração e nos planos de cargos e carreiras, bem como aos mecanismos de valorização dos professores da educação básica, nas

diferentes etapas e modalidades.

Para as apresentações das pesquisas deste Dossiê, obedeceu-se a um método de investigação de caráter qualitativo, adotado, após amplas discussões, pelo conjunto de pesquisadores, contando com levantamento bibliográfico e documental básicos sobre o tema, bem como da legislação pertinente de cada Estado e município da Capital referente aos planos de cargos e carreiras, estatutos de magistério ou outras legislações complementares que definiram e/ou pudessem esclarecer suas estruturas e direitos, bem como a composição da remuneração do pessoal docente.

Em cada estado da pesquisa solicitou-se, ainda, das Secretarias de Educação, de Fazenda e Finanças ou de Planejamento as respectivas Folhas de Pagamento do pessoal do magistério, o que muito pouco foi atendido, o que pode ser tomado como um resultado significativo de pesquisa, apesar de adverso. Os dados pesquisados envolveram um período de quinze anos, de 1996 - o ano de aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), um ano antes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) - à 2010, já na vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e do Piso Nacional Profissional do Professor de Educação Básica (PSPN).

O processo de elaboração dos conceitos teóricos a serem adotados seguiu procedimento incomum nos grupos nacionais de pesquisa, qual seja, o de encontros sistemáticos e regulares - pelo menos um, a cada semestre - de toda a equipe de pesquisadores, o que propiciou um interessante processo de formação continuada, a partir das experiências dos mais experientes com os mais novos em pesquisa científica. Foram realizados, também, seminários com especialistas das diferentes áreas envolvidas: do IPEA, do INEP, da CNTE, do DIEESE, dentre outros, o que contribuiu também para uma melhor formação do grupo de pesquisa.

Neste número da **Revista Educação em Foco** o Dossiê sobre as carreiras docentes no Brasil é composto de 12 artigos que buscam analisar de forma mais específica: cinco estados, cinco municípios de Capitais e duas comparações entre Estado e município de Capital.

Aos assíduos leitores da **Revista Educação em Foco**, identificamos que o que seria o primeiro artigo, com o título “Carreira e salário do pessoal docente da educação básica: algumas demarcações legais”, sob responsabilidade dos professores Rubens Barbosa de Camargo e Márcia Aparecida Jacomini, foi publicado em número anterior (n.17) da **Revista Educação em Foco** da Faculdade de Educação pela Editora da EdUEMG. Tal artigo apresentou e discutiu aspectos sobre carreira e salário do pessoal docente da educação básica em alguns documentos internacionais e na legislação brasileira, com foco nas Constituições Federais e leis infraconstitucionais. O texto mostrou que orientações legais sobre carreira e salário do professor estão presentes na legislação nacional e em documentos internacionais há bastante tempo, denotando certa compreensão sobre a importância do professor no oferecimento de uma educação de qualidade. No entanto, os autores sustentam que não se pode falar de continuidade acerca das propostas, pois se percebem movimentos contraditórios em relação à garantia e avanços de direitos e à construção de uma carreira e de um salário condigno à condição docente. No Brasil observou-se que maior preocupação com a carreira e o salário docentes, prescritos na legislação, ocorreu em períodos democráticos, tal como acontece com a vinculação constitucional relativa ao financiamento da educação. A partir da Constituição Federal de 1988 observaram uma intensificação de legislações sobre carreira e salário de professores, com o estabelecimento do dever de estados e municípios elaborarem Planos de Cargo, Carreira e Salários para os profissionais da educação básica.

O primeiro artigo deste Dossiê trata da “*Remuneração dos(as) Professores(as) da Educação Básica em Mato Grosso: sua evolução no contexto da lei de carreira e os desafios da valorização do magistério*” e tem como autores os professores Josete Maria Cangussú Ribeiro e Regis Queiroz Gonçalves da UNEMAT. Os autores mostram como a Lei Complementar nº 50, de 01 de Outubro de 1998, criou a carreira dos Profissionais da Educação Básica no Estado de Mato Grosso. Como a sua implementação naquele estado foi realizada a partir do estudo da remuneração docente, feito desde o período de sua criação até os dias atuais. O acompanhamento da evolução da remuneração, definida como *subsídio*, fixado em

parcela única, praticado de acordo com as classes e níveis, elementos estruturantes da carreira, permitiu aos autores conhecer a estrutura e a dinâmica da carreira docente, que além dos(as) professores(as) engloba também os demais profissionais, atuantes na Educação Básica. O estudo discutiu o cargo de professor(a) e demonstrou, a partir de quadros, tabelas e gráficos, os coeficientes e os respectivos valores de *subsídios* (ou que denominamos na pesquisa de remuneração) operados para cada classe e o respectivo nível, de acordo com o tempo trabalhado.

O segundo artigo deste Dossiê - “*Planos de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Sul Mato-Grossense (1979-2010): primeiras aproximações*” tem como autoras as professoras Margarita Victoria Rodríguez, Maria Dilneia Espíndola Fernandes e Caroline Hardoim Simões da UFMS. O objetivo do trabalho foi analisar as políticas públicas de valorização do trabalho docente no estado de Mato Grosso do Sul no período de 1979 a 2010. A fonte de pesquisa foram os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração e os Estatutos do Magistério. Destacam que o primeiro Estatuto do Magistério no estado remonta ao ano de 1981 e se manteve vigente durante várias administrações estaduais, situação que o fez vigorar com diversas alterações, retificações e substituições no âmbito legal. O Estatuto do Magistério foi instituído pela Lei Complementar nº 87, de 2000, e também já passou por várias alterações. Ressaltam que as alterações no atual Estatuto do Magistério, se por um lado, vem se dando em razão da administração local, por outro lado, expressam o contexto da reforma do Estado brasileiro manifesta na política educacional a partir de 1996, com a promulgação das Leis nº 9.394/1996, nº 9.424/1996 e nº 11.494/2007, respectivamente, LDB, Fundef e Fundeb. As autoras constataram que as políticas públicas de valorização do trabalho docente no Estado permaneceram estagnadas durante grande parte dos anos 1990, recuperando-se vagarosamente com a implementação da Lei Complementar nº 87/2000. Tal recuperação, contudo, vem se expressando em direitos como licenças, jornada de trabalho, promoção na carreira, entre outros, mas, em termos de remuneração, observaram significativa deterioração do padrão salarial.

O terceiro artigo do Dossiê vem de Santa Catarina. Intitulado “*Carreira*

e remuneração do magistério público da educação básica no sistema de ensino estadual de Santa Catarina”, foi elaborado por Marcos Edgar Bassi, Andréia Debovi e Nádia Sandrini, todos com vínculos de alguma forma com a UNISUL. O artigo teve como fonte diferentes páginas eletrônicas do Governo do Estado de Santa Catarina e realiza uma análise descritiva dos docentes efetivos e dos docentes admitidos em caráter temporário (ACT) na rede estadual. Apresenta as diferentes jornadas de trabalho dos professores efetivos de Ensino Fundamental e Ensino Médio e as formas de obtenção de aulas excedentes. Apresenta ainda a carreira dos docentes efetivos, seus vencimentos, sua forma de progressão, as gratificações e as demais vantagens previstas. Em seguida, o texto trata dos docentes ACTs, ressaltando que estes correspondem a mais de 40% da rede e discute criticamente o caráter de “excepcionalidade” da legislação que os ampara. Além disso, apresenta a jornada de trabalho desse docente e seus vencimentos iniciais, suas gratificações, destacando que “a remuneração final do professor ACT permanece muito inferior à dos efetivos.”

O quarto artigo, sob responsabilidade do professor da rede pública e doutorando da UFPB Rogério Fernandes Gurgel, discute “*O Magistério da Educação Básica Paraibana no Contexto das Políticas Educacionais*”. O autor sustenta que o contexto das reformas educacionais no país, em anos recentes, reflete, em parte, as lutas dos docentes pela melhoria das questões profissionais. Nesse sentido, foram instituídos instrumentos para o ingresso e a permanência do professor no quadro do magistério público e medidas sobre a formação continuada e sua remuneração. No entanto, segundo o autor, falta um elo entre a definição e a implantação de uma política. Um caso exemplar é o do magistério estadual da Paraíba, pois somente em 2003 foi aprovado o seu plano de carreira, apesar de vigorar uma legislação com sua exigência nessa direção desde 1996. O estudo, a partir da análise dos reajustes salariais ocorridos com a implantação do Plano, evidencia as oscilações reais e projetivas da matriz salarial, fazendo o contraponto entre os indicadores deliberados pelo movimento docente e as políticas públicas definidas nacionalmente.

O próximo é um interessante artigo de autoria da professora Vera Lúcia Ferreira Alves de Brito que contou com a colaboração da professora

Maria da Consolação Rocha e dos bolsistas Daniel Santos Braga e Franceline Rodrigues da Silva, sobre *“Plano de Carreira Profissional da Educação Básica em Minas Gerais: valorização profissional?”*. O trabalho confronta pautas reivindicatórias dos movimentos de professores face ao Plano de Carreira do Magistério Público Estadual da Educação Básica de Minas Gerais aprovado em 2004. Discute a relação orgânica entre a remuneração de professores e a cultura gerencial e performativa do Estado de Minas Gerais (e sua política de “choque de gestão”) pós-2003. Investiga o orçamento como espaço de luta política entre diferentes interesses da sociedade, problematizando a relação do financiamento da educação com as opções políticas e econômicas adotadas pelo Estado na última década e a distorção na remuneração dos professores, apontada pelo movimento docente. Como conclusão aponta-se a fragilidade de políticas gerenciais de ajuste fiscal e a resistência revelada pelas greves dos professores estaduais. Busca desvelar a falácia do discurso sobre a centralidade do professor e de sua remuneração e assinala como desafio para o estudo do financiamento da educação analisar como a crise fiscal tem se tornado o cerne de enfoques de políticas neoliberais.

O sexto artigo deste Dossiê adentra a esfera municipal de uma Capital discutindo o *“Trabalho Docente e a Valorização do Magistério na Rede Municipal de São Paulo”* e tem como autores os professores Lisete Regina Gomes Arelaro, Márcia Aparecida Jacomini, Nilson Alves de Souza e Kátia Aparecida Santos do Grupo de Pesquisa da USP. O artigo discute como, a partir dos anos de 1990, estados e municípios passaram a elaborar ou adequar os planos de carreira, cargos e salários dos profissionais do magistério frente às novas legislações (CF/88, EC 14/96 e LDB/96). Esse movimento, para os autores, pode ser entendido como parte do reconhecimento da importância do professor nas sociedades contemporâneas e da compreensão de que a qualidade da educação está também vinculada à carreira e aos salários dos profissionais da educação. No artigo são analisados alguns aspectos recentes referentes às formas de ingresso, composição da jornada de trabalho, progressão na carreira e composição da remuneração de acordo com a Lei nº 14.660/2007, que reorganizou o Quadro dos Profissionais de Educação do Município de São Paulo.

O sétimo artigo do Dossiê discute “*O Plano de Carreira do Magistério em Porto Alegre: reflexões à luz do ordenamento jurídico nacional pós 1988*” tendo como autores I Juca Pirama Gil, Franciele Nepomuceno Netto e Isabel Letícia Pedroso de Medeiros da UFRGS. O artigo descreve o Plano de Carreira do magistério em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e traça linhas de análise do mesmo. Conforme os autores, as aproximações para se compreender o referido Plano em seu contexto, com perspectivas para o aprofundamento das pesquisas foram realizadas tendo por base a legislação nacional - Constituição Federal/88, LDB, Lei do Piso Salarial Profissional Nacional até a edição da Resolução do Conselho Nacional de Educação sobre a carreira docente.

O oitavo artigo do Dossiê foi elaborado pela professora Maria Angélica Pedra Minhoto da UNIFESP e é intitulado “*Plano de Cargos, Carreira e Remuneração em Boa Vista (RR): Análise da Valorização do Trabalho Docente*”. O Estado de Roraima foi escolhido pelo grupo de pesquisa de São Paulo em função de ser o estado de maior valor do FUNDEF e FUNDEB do Brasil. O texto analisa a estrutura da carreira do magistério público municipal de Boa Vista (RR), por meio da lei que instituiu o atual Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, com o intuito de contribuir para revelar a diversidade de realização das políticas de valorização docente. A análise da autora mostra que, apesar do movimento ascendente na carreira estar condicionado a uma avaliação de desempenho que pouco contribui para valorizar o magistério, a situação salarial e trabalhista dos docentes boa-vistenses constitui-se como fator de estímulo para os futuros postulantes à profissão no município.

O nono artigo do Dossiê analisa “*A configuração da carreira do Magistério Público do Estado do Pará a partir do Estatuto do Magistério – Lei nº 5.351/1986*” e tem como autores os professores Rosana Maria Oliveira Gemaque, Fabrício Aarão Freire de Carvalho e Danielle Cristina de Brito Mendes da UFPA, na perspectiva de compreender a carreira do magistério da rede pública do Estado do Pará. O objetivo foi o de apresentar os principais aspectos do Estatuto do Magistério Público Estadual do Pará (Lei nº 5.351/1986) e analisar as formas de ingresso, amplitude e movimentação na carreira. A partir da configuração da carreira, questiona-se se a mesma

apresenta: atratividade, progressão e incentivos à formação. Concluem que, do ponto de vista legal, a carreira, configurada pelo Estatuto, Leis complementares e Portarias, assegura direitos aos profissionais do magistério público que os coloca em posição isonômica com outros funcionários públicos, como: férias, licenças; qualificação profissional; progressão; adicionais. Embora contenha elementos de estímulo à permanência do professor em sala de aula por meio de gratificações, na prática, a sua efetivação vem ocorrendo apenas parcialmente.

O décimo artigo do Dossiê, escrito pelo professor Luis Carlos Sales e pelos pesquisadores do grupo de pesquisa da UFPI, discute “*Piso Salarial Nacional no Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Teresina*”. Neste artigo são analisados o impacto dessa Lei no plano de carreira de 2001 e a saída encontrada pelo município para se adequar à Lei do Piso Nacional. Para isso foram feitas breves teorizações sobre salário e planos de carreira e as características do Plano de 2001 são confrontadas com as do Plano anterior, de 1986. Aplicaram, também, o valor do piso no Plano de 2001, analisando-se seu impacto e concluíram que as folhas de pagamentos cresceriam bastante. Os autores também concluíram que nem sempre as leis são cumpridas e pensar uma educação de qualidade sem prever recursos adicionais é transferir a responsabilidade para os professores, esperando deles abnegação e sacerdócio.

O décimo primeiro artigo do Dossiê apresenta uma perspectiva comparativa. Com o título “*Política de Valorização do Magistério Público: os planos de cargos, carreira e remuneração da rede estadual do Rio Grande do Norte e municipal de Natal e o Piso Salarial Profissional Nacional*” e tendo como autoras Magna França, Fádyla Késsia R. de Araújo, Janaina Lopes Barbosa, Maria Aparecida S. Ferreira, Mônica Moreira dos Santos e Rosângela Maria de O. Silva, da equipe de pesquisa da UFRN, analisa os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) da rede estadual do Rio Grande do Norte e da rede municipal de Natal, especificamente, sobre a remuneração salarial e o impacto do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Para essa análise, basearam-se em documentos e legislações que nortearam as políticas de valorização do magistério, relacionados com a remuneração dos professores da educação básica. Para a compreensão

da carreira do magistério, além dos estudos de documentos legais, as autoras elaboraram quadros com as remunerações e os valores existentes, antes e *a posteriori*, com a implementação do PSPN, de 2008. O estudo destaca o Fundeb como a principal fonte de recursos para a valorização da carreira do magistério. As autoras reconhecem que, de um lado, muitos avanços têm permeado a carreira do magistério no estado do Rio Grande do Norte, ocorrendo ganhos com a implementação do Piso Salarial. De outro lado, porém, no mesmo período, a carreira docente do município de Natal não apresentou melhorias salariais.

O décimo segundo e último artigo deste Dossiê também é um estudo comparativo entre as redes de ensino do estado e do município. Com o título “*Planos de Carreiras da Rede Estadual de Ensino do Paraná e Rede Municipal de Ensino de Curitiba: um exercício comparativo*”, os autores, professores Ângelo Ricardo de Souza, Andrea Barbosa Gouveia e pesquisadores Diana Cristina de Abreu, Gabriela Schneider, Juliana Quaresma Gonçalves Ribeiro e Marcelo Nogueira de Souza da UFPR, buscam compreender as implicações das novas Diretrizes Nacionais da Carreira do Magistério para as condições de trabalho e valorização dos profissionais do magistério. Avaliam que isto requer um conhecimento das dinâmicas locais de regulamentação de carreira, pois muitos estados e municípios aprovaram carreiras nos períodos anteriores e estas, certamente, têm identidades próprias que guardam proximidades e estranhamentos à legislação nacional recente. Assim, a proposta neste artigo foi a de comparar duas carreiras em vigor no Estado do Paraná: uma na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, capital do estado, aprovada em 2001; e a outra, em vigor na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, aprovada em 2004. Analisaram os elementos que definem tipo de admissão/ingresso e acesso à carreira; as formas de progressão/evolução e componentes complementares da remuneração. A análise evidenciou algumas garantias de qualidade para a carreira dos profissionais, ainda que bastante limitadas, por condicionalidades orçamentárias das respectivas redes de ensino.

Por fim, trata-se das primeiras produções – ainda em caráter aproximativo - de um projeto de pesquisa nacional sobre a condição

docente no Brasil que traduzem múltiplas formas de carreiras, vencimentos, remunerações (quem sabe, proposital?) de uma categoria profissional que, a cada dia, se torna ainda mais imprescindível para a superação dos nossos imensos déficits nacionais e para a garantia de um direito de cada um e um dever do Estado: uma educação de qualidade para todos.

Lisete Regina Gomes Arelaro
liselaro@usp.br

Rubens Barbosa de Camargo
rubensbc@usp.br

Professores da Faculdade de Educação da USP